

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO PODER EXECUTIVO

Conforme prevê o Artigo 113 do Regimento Interno desta Egrégia Corte de Contas, encaminho o relatório sobre a gestão das atividades públicas realizadas no Município, relativo ao exercício de 2011, no que se refere à Administração Direta.

Destaca-se que seguem nesta Prestação os seguintes documentos:

- a) Balanço Orçamentário;
- b) Balanço Financeiro;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e) Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, exercício 2012;
- f) Mapa de Créditos;
- g) Declaração firmada pelo Contabilista e ratificada pelo Prefeito sobre as conciliações bancárias e seu resultado;
- h) Relatório e Parecer do Responsável pelo Controle Interno atinentes à administração do executivo municipal, bem como os Pareceres sobre a gestão dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino e sobre a gestão dos recursos vinculados às ações e serviços públicos de saúde;
- i) Relatório e Parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;
- j) Relatório e Parecer do Conselho Municipal de Saúde;
- l) Declaração do Administrador de que os agentes públicos estão em dia com a apresentação das Declarações de Bens e Rendas.

1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os efeitos da receita e da despesa pública sobre o orçamento e sobre o Patrimônio, por ser fartamente abordada nos demonstrativos orçamentários e contábeis anexos a presente Prestação de Contas, deixa de ser reproduzida.

1.1) Limites de despesas com pessoal, endividamento e despesa com terceiros.

O presente item deixa de ser abordado por já constituir em processo próprio da Gestão Fiscal e encaminhado ao Tribunal no período correspondente, juntamente com o Sistema para Informações e Auditoria para Prestação de Contas - SIAPC relativos ao exercício de 2011.

2 – DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL – PPA E LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

As metas previstas no PPA 2010/2013 estão sendo realizadas em sua maioria de acordo com o previsto.

No que diz respeito em específico ao exercício de 2011, as ações foram executadas quase totalmente em conformidade com o disposto na LDO. Foram poucas aquelas executadas parcialmente ou não executadas

Naturalmente, a regra foi a execução de acordo com o planejamento, sendo que as execuções parciais ou não execuções, foram apenas algumas exceções, pois é notório que dificilmente a mencionada execução se dá na plenitude em acordo com a previsão da LDO, pois no transcorrer do exercício, para o qual a LDO se refere, na maioria das vezes surgem situações supervenientes que alteram as metas e prioridades dos serviços públicos, o que ocasiona a modificação, ou até o adiamento de alguns projetos para outro exercício financeiro.

Quanto ao cumprimento dos programas de governo e suas ações, estas alcançaram, no exercício que se encerrou em 31-12-2011, a execução orçamentária conforme a tabela abaixo, recursos investidos em cada programa de governo visando atingir os indicadores de desempenho propostos.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

GESTÃO LEGISLATIVA ADMINISTRATIVA	479.251,37
GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO	3.198.365,14
JOVEM CIDADÃO	1.000,00
DIGNIFICAR	35.849,68
SAÚDE É BEM-ESTAR	1.216.475,01
SAÚDE PREVENTIVA	436.929,01
GESTANTE ASSISTIDA	20.575,95
EDUCANDO COM QUALIDADE	1.843.958,50
ENSINANDO PARA O FUTURO	73.481,14
APOIANDO A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	50.946,60
CRESCENDO COM EDUCAÇÃO	293.908,75
FOMENTO À CULTURA, ESPORTE E LAZER	381.405,12
DESENVOLVIMENTO URBANO EM AÇÃO	460.650,78
INTERIOR DESENVOLVIDO	244.812,04
MORAR MELHOR	211.997,12
MEIO AMBIENTE EM DESTAQUE	140.603,13
FORTALECIMENTO DO CAMPO	138.399,33
TIO HUGO - CRESCIMENTO INTEGRADO	455.826,71
ENCARGOS ESPECIAIS	154.507,55
TOTAL DA DESPESA	9.838.942,93

2.1 – DAS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES EM 2011

A Administração Pública Municipal considera como principais realizações no exercício encerrado as seguintes:

- a conclusão da escola pró-infância padrão FNDE, muito importante para a comunidade, constituindo em espaço físico devidamente estruturado e adequado para o desenvolvimento das atividades de educação infantil;

- a implantação de um Centro de Inclusão Digital, com vistas a proporcionar à comunidade o acesso e interação com os meios de informática e a internet;
- o fechamento do ginásio poli esportivo anexo ao complexo educacional (obras em andamento) do Bairro Posse Gonçalves, importante para as atividades esportivas dos alunos da rede pública municipal de ensino;
- a aquisição de área para construção de nova escola no perímetro urbano do município, que formará um grande complexo educacional, juntamente com a Escola Pró Infância já existente e o Ginásio de Esportes anexo (obra em andamento), constituindo num importante espaço físico para o desenvolvimento do ensino da rede pública municipal;
- a distribuição de uniformes escolares a todos os alunos da rede pública municipal de ensino;
- a aquisição de implementos para Secretaria da Agricultura, visando dar suporte ao setor lácteo do município, visando a geração de renda à comunidade rural;
- a aquisição de novo veículos para a Secretaria da Saúde, importante para qualificar o atendimento à comunidade na área da saúde;
- a continuidade do desenvolvimento do Programa de Subsídio Habitacional, com a construção de diversas unidades habitacionais, proporcionando moradias decentes às várias pessoas carentes do Município;
- investimentos em pavimentação de vias públicas do perímetro urbano, organização de praça pública execução de micro drenagens, obras de grande importância para o contexto da infra-estrutura urbana, essencial para o desenvolvimento o bem-estar social;
- a execução parcial de sinalização viária no perímetro urbano, importante para a regulamentação do trânsito municipal e a educação dos motoristas que trafegam pelas vias públicas do Município;
- a execução de obras em andamento de pavimentação poliédrica da estrada que liga a Localidade de Polígono do Erval à Rodovia BR 386, o que irá melhorar o acesso àquela localidade, além de ser importante para o escoamento da produção das áreas cultiváveis que compõem o local;
- ampliações nas redes de iluminação pública, tendo em vista o crescimento do perímetro urbano, o que se deve ao pleno desenvolvimento do Município;
- a realização da IV Feira Regional Portal Rota das Terras, evento que pôs em evidência as potencialidades municipais e regionais, com vistas à atração de investimentos e a aceleração do desenvolvimento sócio-econômico do Município e região;

Além disso, destacamos importantes atividades mantidas, que estão relacionadas aos serviços públicos de grande importância disponibilizados à comunidade, tais como o Programa Saúde da Família, a distribuição de medicamentos em boas quantidades e variedades, o auxílio para o transporte ao trabalho de munícipes para as cidades de Marau e Passo Fundo, a boa conservação das estradas do interior do Município, os auxílios para atividades da segurança pública no Município, a manutenção da limpeza urbana, entre outras.

3 – DAS INFORMAÇÕES SOBRE VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS

3.1) RECURSOS APLICADOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE, INCLUINDO OS RECURSOS DO FUNDEB

No exercício em análise foram gastos R\$ 2.074.133,17 (dois milhões, setenta e quatro mil, cento e trinta e três reais, dezessete centavos) na MDE, o que corresponde a 25,18% da receita resultante de impostos e transferências constitucionais.

O valor despendido na MDE pode ser assim identificado:

Receitas que compõem a Base de Cálculo:

BASE CÁLCULO MDE E FUNDEB	VALOR	Educação %	VALOR
Receita de Impostos Municipais	724.359,48		181.089,87
IPTU	93.965,27	25,00%	23.491,32
ITBI	121.736,77	25,00%	30.434,19
IRRF	117.413,75	25,00%	29.353,44
ISSQN	391.243,69	25,00%	97.810,92
Dívida Ativa de Impostos	15.165,68		3.791,42
Dívida Ativa do IPTU	14.377,91	25,00%	3.594,48
Dívida Ativa do ISSQN	787,77	25,00%	196,94
Multas e Juros de Mora de Impostos	1.790,85		447,71
Multas e Juros de Mora do IPTU	1.512,44	25,00%	378,11
Multas e Juros de Mora do ISSQN	278,41	25,00%	69,60
Multas e Juros de Mora Dív. Ativa de Impostos	2.455,17		613,79
Multas e Juros de Mora Dívida Ativa do IPTU	2.354,69	25,00%	588,67
Multas e Juros de Mora Dívida Ativa do ISSQN	100,48	25,00%	25,12
Transferências Federais	5.319.281,17		1.329.820,29
FPM BASE DE CÁLCULO MDE	5.293.193,59	5,00%	264.659,68
		20,00%	1.058.638,72
ITR	6.251,70	5,00%	312,59
		20,00%	1.250,34
LC 87/96	19.835,88	5,00%	991,79
		20,00%	3.967,18
Transferências Estaduais	2.173.612,34		543.403,09
ICMS	1.976.763,64	5,00%	98.838,18
		20,00%	395.352,73

IPI/Exportação	48.304,25	5,00%	2.415,21
		20,00%	9.660,85
IPVA	148.544,45	5,00%	7.427,22
		20,00%	29.708,89
BASE TOTAL MDE	8.236.664,69		
Outros Recursos Vinculados MDE e FUNDEB	4.945,59	100,00%	4.945,59
Receita de Rendimentos de Aplicação Financeira	4.945,59		4.945,59

Demonstrativo dos índices aplicados

MDE	
Valor mínimo a ser aplicado na MDE	R\$ 2.059.166,17
Valor total - MDE (+ perda Fundeb – gastos c/ rendimentos de aplicação)	R\$ 2.074.133,17
Percentual de Gastos na MDE	25,18

FUNDEB	Transferências do FUNDEB		R\$ 1.056.300,96
	Retenções ao FUNDEB		R\$ 1.436.328,34
	Perda nas Transferências do FUNDEB		R\$ (380.027,38)
Gastos Fundeb	Valor	Índices	Percentual
Fundeb total	R\$ 1.061.046,57	Percentual da despesa sobre as transferências	100,45
Fundeb 60%	R\$ 762.880,10	Percentual referente ao índice de 60% s/ receita	72,22
Fundeb 40%	R\$ 298.166,47	Percentual do restante de gastos sobre a receita	28,23

PROJETOS/ATIVIDADES DESENVOLVIDOS

MEREMDA ESCOLAR (recurso livre)	R\$ 22.892,55
MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR (recurso livre Ensino médio)	R\$ 31.127,44
MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR (recurso livre – Ensino superior)	R\$ 40.000,00
MANUTENÇÃO DO POLO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR	R\$ 10.946,60
TOTAIS DE GASTOS NO ENSINO COM RECURSOS LIVRES	R\$ 104.966,59
MERENDA ESCOLAR (recursos da união)	R\$ 25.088,08
CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS – – Salário Educação	R\$ 37.983,51
CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS (Recurso Alienação de bens)	R\$ 120.757,47
CONSERVAÇÃO DE ESCOLAS E DE QUADRAS DE ESPORTES – Salário Educação	R\$ 13.630,79
DISTRIBUIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES – Salário Educação	R\$ 21.014,40
AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS P/ ESC. MUNICIPAIS – Conv. FNDE	R\$ 104.222,56
CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE ENSINO INFANTIL (convênio FNDE)	R\$ 30.730,79
MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – SALÁRIO EDUCAÇÃO	R\$ 19.653,76
MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR (Recurso PNATE – Ensino fundamental)	R\$ 42.841,96
MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR (Recurso Estadual – Ensino médio)	R\$ 38.281,16
MANUTENÇÃO DO PRADEM	R\$ 4.072,54
TOTAL GASTOS - RECURSOS VINCULADOS NÃO COMPUTÁVEIS EM MDE	R\$ 458.277,02
MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR (Ensino Fundamental)	R\$ 267.267,50
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS	R\$ 6.722,51
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	R\$ 248.860,82
AQ. DE MÓVEIS E EQUIP P/ SEC. DA EDUCAÇÃO E ESCOLAS MUNICIPAIS	R\$ 9.410,00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO	R\$ 7.843,28
CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE ENSINO INFANTIL	R\$ 97.900,70
AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS P/ ESCOLAS MUNICIPAIS	R\$ 8.376,00
CONSERVAÇÃO DE ESCOLAS E DE QUADRAS DE ESPORTES	R\$ 11.549,99
CAPACITAÇÃO TÉCNICA DE PROFESSORES	R\$ 5.995,50
MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – 60%	R\$ 701.825,40
MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – 40%	R\$ 272.244,98

MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL – 60%	R\$ 61.054,70
PERDAS NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	R\$ 380.027,38
TOTAL DE GASTOS COMPUTÁVEIS EM MDE	R\$ 2.079.078,76
(-) GASTOS COM RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	R\$ (4.945,59)
TOTAL DE GASTOS COMPUTÁVEIS EM MDE PARA FINS DE ÍNDICE	R\$ 2.074.133,17

Das ações acima transcritas, no que se refere ao aspecto físico, destacamos as seguintes:

Nº DE ALUNOS ATENDIDOS INFANTIL E FUNDAMENTAL	396
Nº DE ALUNOS ATENDIDOS COM MERENDA	396
Nº DE ALUNOS NÃO ATENDIDOS COM MERENDA	0
Nº DE ALUNOS ATENDIDOS COM TRANSPORTE	362
Nº DE ALUNOS NÃO ATENDIDOS COM TRANSPORTE	34
Nº DE ALUNOS ATENDIDOS NO ENSINO MÉDIO	99
Nº DE ALUNOS ATENDIDOS COM TRANSPORTE	94
Nº DE ALUNOS NÃO ATENDIDOS COM TRANSPORTE	05
Nº DE ALUNOS AUXILIADOS NO ENSINO SUPERIOR	80

Item	Obras, Instalações, Móveis e Equipamentos Adquiridos
1	Fechamento do Ginásio Poli Esportivo Anexo ao Complexo Educacional no Bairro Posse Gonçalves
2	Conclusão da Escola Pró-infância Padrão FNDE
3	Obras de Reformas e Conservação das Escolas Municipais
4	Móveis, Utensílios e Equipamentos Adquiridos, cfe Relação 1 QUADRO MURAL 1 ARMÁRIO EM PDF 1 SISTEMA CFTV 1 VENTILADOR DE COLUNA 1 MESA REDONDA 1 ESTANTE DUPLA FACE COM 12 PRATELEIRAS 1 BANCADA PARA COMPUTADOR 1 IMPRESSORA LASER

Item	CURSOS E PALESTRAS
1	Encontro de estudos e planejamentos por escolas
2	Educação para o Pensar
3	Projeto Escola no Campo
4	Projeto Empreendedorismo

Observação: O município atende a Educação Infantil (4 a 5 anos) e o Ensino Fundamental completo.

3.2) RECURSOS APLICADOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS

No exercício em análise, a execução orçamentária demonstrou a aplicação de R\$ 1.316.660,23 (um milhão, trezentos e dezesseis mil, seiscentos e sessenta reais, vinte e três centavos) em Ações e Serviços Públicos de Saúde, representando 16,43% da receita base de cálculo.

O valor despendido nas ASPS pode ser assim identificado:

Receitas que compõem a Base de Cálculo:

BASE CÁLCULO ASPS	VALOR	Saúde %	VALOR
Receita de Impostos Municipais	724.359,48		108.653,92
IPTU	93.965,27	15%	14.094,79
ITBI	121.736,77	15%	18.260,52
IRRF	117.413,75	15%	17.612,06
ISSQN	391.243,69	15%	58.686,55
Dívida Ativa de Impostos	15.165,68		2.274,85
Dívida Ativa do IPTU	14.377,91	15%	2.156,69
Dívida Ativa do ISSQN	787,77	15%	118,17
Multas e Juros de Mora de Impostos	1.790,85		268,63
Multas e Juros de Mora do IPTU	1.512,44	15%	226,87
Multas e Juros de Mora do ISSQN	278,41	15%	41,76
Multas e Juros de Mora Dív. Ativa de Impostos	2.455,17		368,28
Multas e Juros de Mora Dívida Ativa do IPTU	2.354,69	15%	353,20
Multas e Juros de Mora Dívida Ativa do ISSQN	100,48	15%	15,07
Transferências Federais	5.319.281,17		764.155,22
FPM BASE DE CÁLCULO ASPS	5.068.280,54	15%	760.242,08
ITR	6.251,70	15%	937,76
LC 87/96	19.835,88	15%	2.975,38
Transferências Estaduais	2.173.612,34		326.041,85
ICMS	1.976.763,64	15%	296.514,55
IPI/Exportação	48.304,25		7.245,64
IPVA	148.544,45	15%	22.281,67
BASE TOTAL ASPS	8.011.751,64	15%	1.201.762,75
Outros Recursos Vinculados -ASPS	1.278,05	100%	1.278,05
Receitas de Rendimentos de Aplicação Financeira	1.278,05		1.278,05

Demonstrativo do índice aplicado

Aplicado em ASPS	
Valor mínimo a ser aplicado em ASPS	R\$ 1.201.762,75
Valor Total aplicado em ASPS (- rendimentos de aplicação)	R\$ 1.316.660,23
Percentual aplicado em ASPS	16,43

PROJETOS/ATIVIDADES DESENVOLVIDOS

RECURSOS VINCULADOS NÃO COMPUTÁVEIS EM ASPS	
PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	R\$ 137.886,26
PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	R\$ 60.862,45
AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A SEC. DA SAÚDE - CONVÊNIO	R\$ 44.823,75
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/ SECRETARIA DA SAÚDE - Restit. Conv.	R\$ 8.990,30
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – RECURSOS VINCULADOS	R\$ 56.545,63
ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL – RECURSOS VINCULADOS	R\$ 2.366,10
VIGILÂNCIA EM SAÚDE - EPIDEMIOLÓGICA	R\$ 13.870,18
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$ 10.121,07
AUXÍLIO A GESTANTES – RECURSOS VINCULADOS	R\$ 20.575,95
TOTAL GASTOS - RECURSOS VINCULADOS NÃO COMPUTÁVEIS EM ASPS	R\$ 356.041,69
RECURSOS COMPUTÁVEIS EM ASPS	
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/ SECRETARIA DA SAÚDE	R\$ 2.566,00

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	R\$ 370.706,57
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA (ASPS)	R\$ 38.227,06
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	R\$ 7.993,67
PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	R\$ 206.195,38
MANUT. DAS ATIVIDADES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	R\$ 692.249,60
TOTAL DE GASTOS COMPUTÁVEIS EM ASPS	R\$ 1.317.938,28
(-) GASTOS COM RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	R\$ (1.278,05)
TOTAL DE GASTOS COMPUTÁVEIS EM ASPS P/ FINS DE ÍNDICE	R\$ 1.316.660,23

Das ações acima transcritas, no que se refere ao aspecto físico, destacamos as seguintes:

A T E N D I M E N T O S

TIPO	TOTAL
Consultas	
Dr. Marlene Salete Nadin	1.056
Dr. Sérgio Pedroso	985
Dr. Jorge Eli Theisen	4.714
Dr. Luciana Corazza	1.111
Prev. Cancer	330
Total	8.196
Atendimentos dos Profissionais Terceirizados	
Psicóloga	919
Nutricionista	249
Fonoaudióloga	248
Fisioterapeuta	1.547
Total	2.963
Atendimento com equipe de enfermagem e PSF	
Teste Pezinho	31
Admin. medicamentos	2.024
Retirada de Pontos	122
Nebulizações	29
Teste de Glicose(HGT)	432
Sutura(pontos)	49
Incisão (corte) / Drenagem	129
Retirada de Corpo Estranho	44
Visita Domiciliar Nivel Médio	1.166
Curativo	1.282
Vacinas aplicadas	2.410
Pessoas Vacinas	2.197
Coleta Anti-HIV	73
Eletrocardiograma	100
Pressão Arterial	2.866
Atividade em Grupo	31
Outros	177
Total	13.162

Procedimentos realizados pela enfermeira chefe	
Cons. Gestantes pré-natal	104
Consulta de Hipertensos	279
Cons. Saúde da Mulher	333
Atendimento de Emergência	84
Realização de palestras	50
Visitas domiciliar	156
Consultas de Diabéticos	230
Outras atividades	511
Total	1.747
Atendimento Odontológico	
Procedimentos	
Dr. Roberto Carlos Durigon	3295
Dr. Júlio César Borghetti	1705
Dra. Carla Izabel Zeni	827
Total de Procedimentos	5.827
Pessoas Atendidas	
Dr. Roberto Carlos Durigon	1.490
Dr. Júlio César Borghetti	682
Dra. Carla Izabel Zeni	346
Total Pessoas Atendidas	2.518
Atendimentos do PSF	
Realização de Palestras	2
Visitas Domiciliares	0
Atividades Preventivas nas Escolas	8
Encaminhamento de Exames Especializados	
Exames Gestantes	1.288
Exames Laboratoriais SUS	5.642
Convênio Prefeitura	4.637
Raio- X	118
Mamografia	108
Ecografia	181
Tomografia Computadorizada	28
Endoscopia Digestiva Alta	22
Outros Exames Especializados	136
Total exames realizados	12.160
Encaminhamento de Consultas Especializadas	
Convênio SUS	440
Convênio Prefeitura	123
Total Pessoas Atendidas	563
Baixas Hospitalares	
Hospital São Vicente de Paulo	116
Hospital da Cidade de Passo Fundo	66
Hospital Beneficente Dr. Cesar Santos	4
Hospital Frei Clemente de Soledade	8
Outros Hospitais	8
Total Pessoas Atendidas	202

Laudos excedentes	20
Cirurgias Eletivas	1
Nascidos Vivos e Óbitos	
Nº de Nascidos Vivos	24
Nº de Óbitos	18
Procedimentos Realizados Pela Vigilante Sanitária	
Visita p/coleta de larvas	423
Coletas d'água	124
Visitas a Residência	0
Inspeção de Estabelecimentos	27
PIT	24
Total	598

Carros (IMA 8747 / INF 4257 / IPJ4 631 / IPP 0054 / IRC 7174) - KM	183.376
Passo Fundo	764
Não-Me-Toque	17
Interior	1.826
Carazinho	49
Soledade	107
Ibirapuitã	2
Victor Graeff	26
Porto Alegre	28
Ernestina	20
Outros Municípios	62
Total de Viagens	2.901
Ambulância KM	
	23.969
Porto Alegre	3
Passo Fundo	117
Interior	268
Caxias do Sul	0
Soledade	16
Carazinho	4
Outros Municípios	32
Total de Viagens	440

4 – DO DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO CONFORME ART. 58 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A Receita orçamentária teve o seguinte desempenho no exercício que se encerrou:

	Previsão	Execução	Diferenças
RECEITAS CORRENTES	8.500.000,00	9.089.162,34	589.162,34
RECEITA TRIBUTÁRIA	644.000,00	761.620,67	117.620,67
RECEITA PATRIMONIAL	20.000,00	39.385,92	19.385,92
RECEITA DE SERVIÇOS	215.000,00	304.678,11	89.678,11

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.543.872,60	7.898.287,93	354.415,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	77.127,40	85.189,71	8.062,31
RECEITAS DE CAPITAL	1.280.000,00	1.291.978,77	11.978,77
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	40.000,00	131.105,00	91.105,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	7.200,00	7.200,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.240.000,00	1.153.673,77	(86.326,23)
SOMA	9.780.000,00	10.381.141,11	601.141,11

4.1 - Análise quanto ao desempenho da arrecadação:

A arrecadação da receita superou as expectativas para o exercício de 2011.

No contexto geral da receita corrente, a arrecadação no exercício de 2011, tanto na parte da receita municipal, como de transferências constitucionais e voluntárias, superou a estimativa inicial para o exercício, demonstrando uma boa reação em relação aos anos anteriores, especialmente no que se refere ao exercício de 2009, quando uma forte crise financeira afetou a economia nacional.

Quanto à receita de capital, em especial às transferências de convênios, a arrecadação ficou um pouco abaixo da esperada para o exercício, apesar dos constantes pleitos em busca destes recursos, que se deve a fatores como a falta de tempo hábil para vencer os trâmites burocráticos desde o momento inicial dos pleitos até a celebração e o recebimento de recursos de convênios, ou meramente por atraso na liberação por parte das esferas federal e estadual. No entanto, o que estava previsto para o exercício de 2011 e deixou de ser arrecadado, muito provavelmente será arrecadado no atual exercício de 2012, no que tange às receitas de capital referentes a convênios.

4.2 – Medidas no sentido de recuperação de créditos tributários

As ações implementadas pelo Município no sentido de fiscalização tributária e no sentido de combate à sonegação e incremento de receitas que vêm sendo desenvolvidas são as seguintes:

- I - realização de vistorias em parte dos estabelecimentos comerciais para averiguação da regularidade dos mesmos;
- II - elaboração da atualização e reavaliação do cadastro de imóveis urbanos para revisão na cobrança do IPTU;
- III - encaminhamento de avisos de cobrança a todos os contribuintes que possuíam débitos junto ao setor tributário do Município, notificando-os da acerca da iminente inscrição em dívida ativa, buscando promover a arrecadação de tais créditos e evitar a execução fiscal.

IV - No exercício 2011 foi sancionada a Lei nº 644/2011, tendo prorrogação de vigência através do Decreto 784/2011, onde houve aprovação de concessão de incentivos para os contribuintes quitarem seus débitos junto ao erário público com benefícios, tais como pagamento parcelado de créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, com remissão de juros e anistia de multas para pagamento das parcelas à vista, o que deu um reflexo positivo na arrecadação da receita municipal no exercício 2011.

Na data atual existem 64 (sessenta e quatro) ações ajuizadas totalizando a quantia de R\$ 94.976,04 (noventa e quatro mil, novecentos e setenta e seis reais, quatro centavos), em valores corrigidos na data do ajuizamento.

A evolução do montante dos créditos inscritos em dívida ativa nos último três exercícios financeiros segue demonstrada na tabela abaixo:

	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
SALDO TOTAL DA DÍVIDA ATIVA	155.834,23	168.957,97	235.339,02
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	63.562,16	64.961,82	75.431,29
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	92.272,07	103.996,15	159.907,73

Por fim, destacamos que todas as ações desenvolvidas estão retratadas nas demonstrações contábeis e orçamentárias e os aspectos mais relevantes da execução orçamentária encontram-se apresentadas nesta exposição circunstanciada. Todavia, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e apresentação de documentos que se façam necessárias como cumprimento do mandamento constitucional de prestar contas.

Tio Hugo, 27 de março de 2012.

VERNO ALDAIR MULLER
Prefeito Municipal

DECLARAÇÃO

Marcos Bonacina, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Emilio de Moraes - 727, Município de Soledade, portador do RG nº 7062324939 e CPF nº 898.728.600-25 e Verno Aldair Muller, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Leonel de Moura Brizola, 40, Centro, Município de Tio Hugo, portador do RG nº 1029238654 e CPF nº 444.629.990-53, DECLARAMOS, para fins de atendimento ao art. 113 do Regimento Interno do TCE/RS, que as conciliações bancárias estão sendo realizadas mensalmente pelo ente, conforme as normas técnicas, sendo que no final do exercício financeiro de 2011 não houve diferenças entre os saldos bancários e os valores constantes no razão da contabilidade, exceto pelos cheques não compensados pelos bancos até 31 de dezembro de 2011.

Tio Hugo, 27 de março de 2012.

MARCOS BONACINA
Contador CRC/RS nº 66.517

VERNO ALDAIR MULLER
Prefeito Municipal

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de atendimento da Resolução TCE/RS nº 833 de 2008, art. 5º, que os agentes públicos estão em dia com a entrega da declaração de bens e rendas.

Tio Hugo – RS, 26 de março de 2012.

Verno Aldair Muller - Prefeito Municipal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE SOBRE A APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS, PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29, ÀS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2011.

1. RELATÓRIO

No exercício financeiro de 2011 os trabalhos realizados pelo Conselho Municipal da Saúde foram conduzidos de acordo com o planejamento inicial para o exercício, observando as competências legais deste Conselho, atingindo as seguintes atividades: a) Reuniões mensais para acompanhamento da execução orçamentária da saúde; b) Reuniões extraordinárias para tratar de assuntos que demandavam urgência; c) Fiscalização efetiva sobre a observância do Plano Municipal de Saúde; d) Aprovação dos Planos de Aplicação dos recursos da saúde, bem como análise e aprovação trimestralmente do Relatório de Gestão Municipal da Saúde. Destaca-se, por fim, quanto aos trabalhos desenvolvidos por este Conselho, que os registros relativos às atividades desenvolvidas encontram-se arquivados e disponíveis para análise do Tribunal de Contas do Estado.

Os conselheiros do Fundo Municipal de Saúde do Município de Tio Hugo – RS declaram, para fins de atendimento do Inciso III, “a”, art. 113, da Resolução TCE nº 544 – Regimento Interno do TCE, que os relatórios e os balancetes apresentados demonstram os recursos vinculados à saúde e, considerando, ainda, a auto-aplicabilidade do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, da Constituição da República, introduzido pela Emenda Constitucional nº 29, o presente Conselho acompanhou a regular aplicação do percentual mínimo de 15% em relação às receitas de impostos e transferências constitucionais, sendo que o Município atingiu o percentual de 16,43% em relação às receitas e impostos e transferências constitucionais.

2 – PARECER

Em conclusão, tendo em vista o trabalho realizado no município em 2011, os relatórios apresentados e os resultados obtidos quanto aos indicadores pactuados, **é possível emitir opinião atestando a regular aplicação do percentual mínimo em Ações e Serviços**

Públicos de Saúde, bem como a regular aplicação dos recursos advindos de convênios e demais transferências realizadas.

Tio Hugo, 23 de março de 2012.

MARIA ODETE PRATES

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Demais Conselheiros

1-

FERNANDA VIVIAN DE MORAIS

5-

MARILENE MARQUETTI

2-

GABRIELA BAUMGARDT

6-

CAROLINA LODI MACHADO

3-

SUZANA DE BRITTO

7-

SIMONE BORN

4-

ELITON VALDOIR SCHREINER

8-

VALBERTO GUSTAVO SCHARLAU

9 –

VERENA ROESSLER

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DO FUNDEB SOBRE A APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 53 E PELA LEI Nº 11.494/2007, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2011.

1. RELATÓRIO

No exercício financeiro de 2011 os trabalhos realizados pelo CACS-FUNDEB foram conduzidos de acordo com o planejamento inicial para o exercício, observando as competências legais do Conselho, foram realizadas atividades de acompanhamento da execução orçamentária dos recursos da educação, a aprovação do plano de aplicação dos recursos do FUNDEB e verificação quanto à regular aplicação dos recursos do FUNDEB e MDE, o acompanhamento da aplicação dos demais recursos federais transferidos e sob responsabilidade deste Conselho. Destaca-se, por fim, quanto aos trabalhos desenvolvidos por este Conselho, que os registros relativos às atividades desenvolvidas encontram-se arquivados e disponíveis para análise do Tribunal de Contas do Estado.

Os conselheiros do FUNDEB do Município de Tio Hugo atestam, para fins de atendimento do Inciso II, “a”, art. 113, da Resolução TCE nº 544 – Regimento Interno do TCE, que as receitas auferidas e as despesas legitimamente realizadas no exercício de 2011, bem como, a sua fiel demonstração através dos relatórios e os balancetes apresentados, obedeceram aos critérios e normas instituídas através das Leis nºs 11.494/2007 e 9.394/1996.

Acompanhamos, portanto, a regular aplicação do percentual mínimo de 25% de que trata o art. 212 da Constituição Federal de 1988, a aplicação devida, de no mínimo de 60%, dos recursos do FUNDEB utilizados no exercício de 2011, nos termos do art. 22, da Lei nº 11.494/2007, vinculados à remuneração, incluindo encargos sociais, de pessoal em efetivo exercício do magistério, nos termos do Parecer TCE nº 22/2003, assim como o limite máximo de 5% do total dos recursos de aplicação financeira e “plus” do Fundeb no ano para o superávit financeiro do FUNDEB.

2 – PARECER

Em conclusão, tendo em vista o trabalho realizado no município em 2011, os relatórios gerenciais apresentados e os resultados obtidos, no sentido de diminuição da evasão

escolar, aumento da demanda de alunos matriculados e a melhora da qualidade de ensino, é possível emitir opinião atestando a regular aplicação dos recursos advindos do FUNDEB, a regular aplicação do percentual mínimo na manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como a regular aplicação dos recursos advindos de convênios e demais transferências realizadas.

Tio Hugo, 23 de março de 2012.

Maria Luisa de Goes Teixeira
Representante da Secretaria Municipal de Educação
Presidente do Conselho do FUNDEB

Claudiane Machado
Representante dos Professores e Diretores das Escolas Públicas

Suzana Elisa Muller Kuhn
Representante dos Pais e Alunos

Cleusa Roseli de Britto
Representante dos Servidores das Escolas Públicas

Aline Oliveira de Farias
Representante do Conselho Tutelar

PARECER UCCI CONTAS DO PREFEITO 2011
Parecer de Acompanhamento da Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo Municipal de Tio Hugo exercício de 2011

Acompanhamos os trabalhos dos órgãos e entidades que integram o sistema de controle interno do Município no exercício de 2011. Assim, Inicialmente destacamos que: **(a)** a responsabilidade pelo sistema de controle cabe à Administração, nos termos da Constituição da República, arts. 31, 74 e Lei Municipal nº 025/2001; **(b)** a responsabilidade no controle de cada setor é hierarquicamente de cada chefia e, solidariamente, pessoal de cada agente público que exerce cargo ou função no Município, nos termos do que dispõe a Constituição da República, art. 74, § 1º; **(c)** a responsabilidade da Unidade Central de Controle Interno reside na coordenação técnica dos setores, entidades e Poderes, no que se refere à orientação quanto à instituição de rotinas internas, à observância dos princípios de controle interno, o inter-relacionamento entre os controles que compõem o sistema, a análise dos controles quanto à relação custo-benefício e quanto à verificação dos controles já instituídos.

No exercício financeiro de 2011 os trabalhos da Unidade Central de Controle foram conduzidos de acordo com o Plano de Trabalho de 2011 e atingiu as seguintes atividades:

- a) A Unidade Central de Controle Interno desenvolveu suas atividades durante o exercício de 2011, atuando principalmente na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, no tocante a legalidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos;
- b) Os bens adquiridos no curso do exercício foram contabilizados nas contas patrimoniais respectivas, lançados no controle patrimonial por funcionário responsável, com a respectiva identificação e assinatura do responsável pelo mesmo no Termo de Responsabilidade;
- c) Análise das atividades atinentes ao Gabinete relativo ao controle de frotas com verificação por amostragem do controle de veículos e máquinas. Verificação no setor de projetos relativo à solicitação de recursos extra-orçamentários;
- d) Na Secretaria da Administração acompanhou-se o desempenho mensal nos demonstrativos dos gastos constitucionais em MDE, FUNDEB e ASPS, também a despesa com pessoal. No setor de contabilidade verificou-se a tempestividade das prestações de contas e ao atendimento da Lei nº 9755, analisando também a data e forma de publicação do RGF, prazos de envio de dados do SISCOP, data e forma de publicação do RREO, data da entrega do SIAPC, data de entrega do SIOPS e SIOPE, datas e prazos das apresentações das Audiências

Públicas, Decreto da programação financeira e cronograma de desembolso, e prazos de envio de dados do SIAPES. Análise da implantação do sistema integrado de gestão municipal no setor de tributos. Verificação dos trabalhos executados no setor de tesouraria através de amostragem de documentos. No setor de Compras e Licitações, verificou-se a modalidade adotada nas compras X Legislação 8.666/93, acompanhamento e controle de todas as obras e aquisição de materiais através de processos de Licitações, aplicando check-list individual em todas as licitações de acordo com o Plano de Trabalho inicial.

e) Na Secretaria da Educação, analisou-se a gestão dos recursos vinculados à MDE, realizou-se verificação e análise nas Escolas municipais abrangendo documentação e trabalhos executados, o controle e distribuição da merenda escolar, material de limpeza das escolas municipais e material escolar, controle dos encontros de planejamento e capacitação, controle do número de alunos atendidos com merenda escolar e transporte escolar, controle da despesa de energia elétrica e telefone por setor, síntese de desempenho das atividades gerais da Secretaria da Educação.

f) Na Secretaria da Saúde é realizada a síntese de desempenho mensal e anual das atividades desenvolvidas, com verificação da origem da coleta de dados para a realização do controle mensal, acompanhamento da implantação do sistema informatizado de gestão da saúde, bem como do percentual de aplicação nas Ações e Serviços Públicos de Saúde.

g) Na Secretaria de Obras, com base no plano de trabalho do Controle Interno, foi verificado o controle de materiais consumidos, controle de horas máquinas e quilômetros por veículos, consumo de combustível e a análise das atividades desenvolvidas.

Em nossa opinião, tendo em vista a orientação e verificação sobre a eficiência dos controles internos e procedimentos de análise e verificação, com base nos valores relevantes gerados pela Contabilidade que servem para a elaboração dos relatórios de gestão, oriundos de fatos contábeis de todo o sistema, conclui-se que representam adequadamente sobre a posição orçamentária, financeira e patrimonial do Município.

Tio Hugo, 27 de março de 2012.

Renato Teichmann
Coordenador do Sistema de Controle Interno
CORECON – RS - nº 6392-4.

Relatório e Parecer de Acompanhamento da Unidade Central de Controle Interno sobre a Gestão dos Recursos vinculados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino – MDE - do Município de Tio Hugo – RS.

Acompanhamos os trabalhos dos órgãos que integram o sistema de controle interno do Município de Tio Hugo, com ênfase nas contas vinculadas à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, cabendo destacar que: (a) a responsabilidade pelo sistema de controle cabe à Administração, nos termos da Constituição da República, arts. 74, 31 e Lei Municipal nº 025/2001; (b) a responsabilidade no controle dos recursos vinculados à MDE é da Secretaria de Educação e, solidariamente, pessoal de cada agente público que exerce cargo ou função atinentes à MDE; (c) a responsabilidade da Unidade Central de Controle Interno reside na coordenação técnica dos controles, no que se refere à orientação quanto à instituição de rotinas internas, à observância dos princípios de controle interno, o inter-relacionamento entre os controles que compõem o sistema, a análise dos controles quanto à relação custo-benefício; d) a responsabilidade da Auditoria é da emissão de opinião sobre os controles internos adotados e a aderência a estes controles na prevenção e correção de erros, fraudes e desperdícios e, em consequência, sobre a gestão dos recursos vinculados à MDE.

No exercício financeiro de 2011, os trabalhos da Unidade Central de Controle Interno em relação aos controles e contas da MDE, sendo que, além de abranger o controle de forma sistemática, foram conduzidos de acordo com o Plano de Trabalho da Unidade Central de Controle Interno para o exercício de 2011 e atingiu as seguintes atividades: Acompanhamento específico através de levantamento mensal, dos relatórios gerenciais, destacando as atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal da Educação, analisou-se também os demonstrativos contábeis, do percentual de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a análise da distribuição do percentual aplicado em MDE, quanto ao ensino infantil e quanto ao ensino fundamental, à avaliação do percentual aplicado na remuneração dos professores em efetivo exercício do magistério, de acordo com os recursos advindos e utilizados do FUNDEB, o acompanhamento da execução e prestação de contas de recursos advindos de convênios, bem como, os demais recursos vinculados cuja transferência é automática, como por exemplo, a merenda escolar e o salário-educação.

Coube, ainda, o acompanhamento da Unidade Central de Controle Interno, através da Seccional da Educação, da execução dos Programas de Trabalhos que envolvem ações e

metas vinculadas à manutenção e desenvolvimento do ensino, constantes no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011 e respectivo orçamento anual.

Em nossa opinião, tendo em vista a orientação e verificação sobre a eficiência do controles internos e procedimentos de auditoria sobre as contas vinculadas à MDE, com base nos valores relevantes gerados pela Contabilidade que servem de base para elaboração dos relatórios de gestão, oriundos de fatos contábeis de todo o sistema, representam, adequadamente, sobre as posições orçamentária, financeira e patrimonial das contas vinculadas à MDE.

Tio Hugo, 27 de março de 2012.

Renato Teichmann
Coordenador do Sistema de Controle Interno
CORECON – RS - nº 6392-4.

Parecer de Acompanhamento da Unidade Central de Controle Interno sobre a Gestão dos Recursos vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde

Acompanhamos os trabalhos dos órgãos que integram o sistema de controle interno do Município de Tio Hugo, com ênfase nas contas vinculadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS no exercício de 2011, cabendo destacar que: **(a)** a responsabilidade pelo sistema de controle cabe à Administração, nos termos da Constituição da República, arts. 31, 74 e Lei Municipal nº 025/2001; **(b)** a responsabilidade no controle dos recursos vinculados às ASPS é da Secretaria de Saúde e, solidariamente, pessoal de cada agente público que exerce cargo ou função atinentes ao ASPS; **(c)** a responsabilidade da Unidade Central de Controle Interno reside na coordenação técnica dos controles, no que se refere à orientação quanto à instituição de rotinas internas, à observância dos princípios de controle interno, o inter-relacionamento entre os controles que compõem o sistema, a análise dos controles quanto à relação custo-benefício; **(d)** a responsabilidade da Auditoria é da emissão de opinião sobre os controles internos adotados e a aderência a estes controles na prevenção e correção de erros, fraudes e desperdícios e, em consequência, sobre a gestão dos recursos vinculados às ASPS.

No exercício financeiro de 2011, os trabalhos da Unidade Central de Controle Interno em relação aos controles e às contas das ASPS, sendo que, além de abranger o controle de forma sistemática, foram conduzidos de acordo com o Plano de Trabalho para o exercício de 2011. Assim, buscou-se o acompanhamento mais específico através de levantamento mensal, dos relatórios gerenciais, dos relatórios trimestrais da gestão municipal da saúde, dos relatórios semestrais do SIOPS, do relatório de gerenciamento das atividades utilizado pela Secretaria da Saúde, bem como dos demonstrativos mensais contábeis, do percentual de aplicação nas Ações e Serviços Públicos de Saúde. O acompanhamento da implantação do sistema informatizado de gestão da saúde e da execução e prestação de contas de recursos advindos de convênios, bem como, os demais recursos vinculados cuja transferência é automática, como por exemplo, o PSF, PACS, Assistência Farmacêutica e outros.

Coube, ainda, o acompanhamento da Unidade Central de Controle Interno, através da Seccional da Saúde, da execução dos Programas de Trabalho que envolve ações e metas vinculadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde, constantes no Plano Municipal da Saúde, no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, do respectivo orçamento anual e, do funcionamento do Conselho Municipal de Saúde relativo à participação, fiscalização e na condução das políticas públicas de saúde.

Em nossa opinião, tendo em vista a orientação e verificação sobre a eficiência dos controles internos e procedimentos de análise e verificações sobre as contas vinculadas às

ASPS, os valores relevantes gerados pela Contabilidade que servem de base para elaboração dos relatórios de gestão, oriundos de fatos contábeis e de todo o sistema, conclui-se que, representam adequadamente, sobre as posições orçamentária, financeira e patrimonial das contas vinculadas às ASPS. Desta forma é possível emitir opinião atestando à regular aplicação do percentual mínimo nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, bem como a regular aplicação dos recursos advindos de convênios e auxílios.

Tio Hugo, 27 de março de 2012.

Renato Teichmann
Coordenador do Sistema de Controle Interno
CORECON – RS - nº 6392-4.